

Resistência palestina e ocupação israelense



Por **ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO***

Limpeza étnica, genocídio e neocolonialismo

As pessoas se habituaram nos últimos anos a compartilhar notícias sobre fatos que acontecem no tempo presente numa explosão de revolta e indignação. Isso independentemente se a favor ou contra um determinado acontecimento. Há sentimentos diversos, tanto mediante postagens perversas, manipuladoras, que tomam um caráter ideológico radical; como aquelas que carregam sentimentos de solidariedades e empatias com a luta do povo palestino contra a colonização do governo sionista israelense; contra a ocupação de seu território há décadas e os massacres que ocorrem ali naquela região do Oriente Médio desde a criação do Estado judeu.

Essa é a questão, do tempo e da história, numa disputa desigual entre um povo ao qual se nega o seu Estado e se toma seu território, contra um Estado forte, bem armado e apoiado por interesses estratégicos pela maior potência bélica do planeta, os EUA. É preciso conhecer todo esse processo histórico desde suas origens.

Numa época de intensa polarização político-ideológico, analisar um conflito intensamente complexo se soma às pressões econômicas e políticas do forte lobby israelense, por todas as partes do mundo. Naturalmente, nessas condições a “opinião pública”, como sempre, vai sendo formada pelas manipulações midiáticas, acrescidas agora da absurdamente (porque absolutamente contraditória na lógica dessa religião) incompreensível defesa do governo israelense por parte de segmentos importantes da religião evangélica. Os mesmos segmentos que apoiaram o governo de extrema-direita do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Em tempo de pós-verdade as opiniões ficam polarizadas, e cada um interessado no tema busca as informações que melhor caracterize suas escolhas ideológicas. Nesse ambiente, tentar ser imparcial é absolutamente impossível. Mesmo para quem procura um viés academicista, dada à condição de professor e especialista na área. Porque o tema nos envolve, principalmente a quem historicamente se dedicou a acompanhar e condenar todo processo de ocupação e colonização, desde os anos conhecidos como “revolução comercial”, quando a burguesia passa a buscar produtos, mercadorias, em continentes até então pouco explorados nessa lógica que se intensificava na Europa, e fez surgir pouco a pouco o sistema capitalista.

Esse processo se consolida no século XIX, com a Conferência de Berlim, quando o continente africano é dividido entre as potências europeias, com o seu povo forçado a conviver em estados-nações que obedeciam a linhas demarcatórias de fronteiras ao sabor dos interesses imperialistas/ colonizadores.

Mas não para por aí, porque essa disputa pelo controle colonial, que fez fortalecer alguns impérios, levará a uma guerra de proporção mundial logo no começo do século XX. Depois do seu final, uma nova divisão da geopolítica mundial se consolida com os países vencedores, que compunham a Tríplice Entente, refazendo as fronteiras ou tomando controle de territórios dos países derrotados (Tríplice Aliança).

Por que isso é importante para o entendimento da questão Palestina? Porque logo após o final da guerra os países aliados, para consolidar a posição de vencedores, repartiram regiões que estavam sob domínio do Império Turco-Otomano, uma das partes derrotadas, e que dominavam vastas áreas do Oriente Médio, inclusive essa de disputa secular.

Em 1916 o diplomata britânico coronel sir Mark Sykes pegou um lápis colorido e traçou uma linha tosca através de um mapa do Oriente Médio. Ela corria de Haifa no Mediterrâneo, no que é hoje Israel, a Kircuk (hoje Iraque), no Nordeste. Essa linha se tornou a base de um acordo secreto com seu homólogo francês, François Georges-Picot, para dividir a região em duas esferas de influência caso a Tríplice Entente derrotasse o Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. (MARSHALL, Tim. *Prisioneiros da geografia*, p. 147-148).

Assim, o procedimento foi semelhante ao ocorrido na Conferência de Berlim, embora secretamente, mas com os mesmos objetivos: domínios territoriais e controle colonial, inclusive com a definição de fronteiras dos novos Estados-Nações que surgiriam. Antes do acordo Sykes-Picot (em seu sentido mais amplo), não havia nenhum Estado da Síria, nenhum Líbano, nem Jordânia, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait, Israel ou Palestina.

O resultado dessas “costuras” e disputas coloniais foi a existência nesses Estados de governos autoritários, legados pelos colonizadores, em total desconsideração com as características de uma região altamente polarizada pela religião, mas fortemente atrativa para os interesses econômicos, em função das enormes reservas de petróleo e gás.

Os governantes, quase sempre subservientes aos colonizadores europeus, ou dos EUA, se alimentavam dessas riquezas e administravam esses novos territórios autocraticamente, impondo-se ditatorialmente sobre o povo. Quando passaram a não atender os interesses imperiais, as guerras híbridas se encarregaram de destroná-los, ou eliminá-los, na hipócrita bandeira de defesa da democracia.

Para compreender o quanto foi nocivo esse processo de colonização, podemos equiparar as situações da Argélia, dominada pela França, e da Palestina, sob controle britânico. Guardando-se, naturalmente, as devidas proporções (isso sem falar na colonização dos países africanos).

Após a Segunda Guerra Mundial, quando se inicia o processo de reconstrução das nações envolvidas no conflito mais diretamente, e também quando começam as lutas anticolonialistas e pela independência, contra a ocupação desses territórios por potências estrangeiras, as radicalizações assumem proporções trágicas, mas a marca mais forte foi da resistência permanente desses povos.

São situações diferentes, naturalmente. A França reprime brutalmente os argelinos, numa condição absurda de dominação e de colonização, com o deslocamento de centenas de milhares de franceses para aquele país. A separação em Argel, capital da Argélia, opunha uma barreira entre duas partes na cidade, apartada, entre um lado europeu, sofisticado e mais desenvolvido, e o lado árabe, mais formado por mão de obra barata e explorada, onde viviam os povos originários. Dezenas de milhares de argelinos foram massacrados, numa longa e árdua resistência, até a conquista definitiva da independência e da expulsão dos colonizadores franceses do território argelino. Somente recentemente a França reconheceu esses massacres.

A luta dos argelinos assumiu duas formas. Da organização política em torno da Frente de Libertação da Argélia com resistência pacífica, mas também até como reação à prática de assassinatos e torturas em massa pelos franceses, da utilização de um braço armado dessa organização, utilizando-se várias táticas, inclusive com ações terroristas por meio da explosão de bombas em lugares frequentados pelos europeus. Em 1962, os argelinos conseguem sua independência, pondo fim ao domínio colonial francês, e a decadência de mais esse império. Mas nenhum governante francês jamais foi condenado pelo massacre do povo argelino por todos os anos de dominação colonial.

A outra parte do acordo Sykes-Picot, que corresponde ao domínio do Império Britânico sobre o Oriente Médio, terminou de forma diferente. Absolutamente fragilizado no pós Segunda Guerra, os britânicos decidem se retirar daquela região, mas

permanece por questões estratégicas o interesse em manter sob controle a região, como forma de impedir uma possível influência da União Soviética.

A saída foi colocar em operação uma alternativa que era tentada há tempos, a ocupação de um território, tido como sagrado por três das maiores religiões, com a criação de um estado que pudesse abrigar o povo judeu. Dessa forma atendia aos interesses estratégicos dos EUA e Grã-Bretanha e aos objetivos seculares de judeus espalhados por diversas partes do mundo, principalmente após a tentativa de genocídio que sofreram como consequência da ascensão de Hitler e da criação do III Reich, elevando o antissemitismo à condição de política de limpeza étnica.

Ocorre que o retorno dos judeus àquela região se deu em um processo de ocupação de territórios já controlados pelos palestinos, e numa área de forte disputa religiosa. Problema que acentua uma situação de disputa geopolítica, pelo fato de ali ser o centro considerado sagrado pelos seguidores dessas três religiões.

Em meio aos embates políticos, a ONU aprova em 1947 a resolução que cria o Estado de Israel e delimita suas fronteiras, que não serão jamais respeitadas, com os governos sionistas ampliando o domínio territorial logo após uma guerra com países árabes.

Em seguida, pouco depois da Proclamação da Independência, em 15 de maio (1948), os exércitos de Egito, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita, Líbano e Síria invadiram a Palestina e atacaram o recém-nascido Estado de Israel. A chamada Guerra da Independência terminou com a vitória de Israel, que firmou um armistício em 1949, após apropriar-se de 78% do território e 100% das águas da Palestina, incorporando mais 20%, ou seja, mais 2500 milhas quadradas às 5600 milhas quadradas concedidas pela 1947 *UN Partition*. (BANDEIRA, L. A. Moniz. *A Segunda Guerra Fria*, p. 469).

Esse foi o primeiro de muitos confrontos envolvendo os países fronteiriços ao novo Estado, bem como a intensificação da resistência palestina. Sempre vitoriosos, Israel, com apoio dos EUA, Grã-Bretanha e demais países membros da OTAN, se impôs como potência colonial regional, ampliando a ocupação de terras palestinas, inclusive em territórios definidos posteriormente pela própria ONU como sendo de domínios palestinos, reconhecido como Estado em 2012, através de uma resolução (67/19), que reconhece a Palestina como um “Estado observador não membro”.

A resistência palestina sempre foi muito forte, alternando com ações militares ou revoltas populares (Intifadas) contra a ocupação israelense, escorada em apoio de países e grupos árabes, ou países não árabes, mas de maioria muçulmana, por todo Oriente Médio e Norte da África. A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) teve um papel destacado nesse processo, até culminar com a morte de Yasser Arafat, suspeita de envenenamento. (MIRHAN, 2022, p. 286).

Quando comecei esse texto fazendo referência à Argélia, é porque após essas vitórias obtidas nos conflitos com os países vizinhos, Israel foi gradativamente ampliando domínios territoriais para além daqueles definidos na resolução da ONU quando de sua criação. O projeto de colonização em curso em muito se assemelha à estratégia da França para ocupação da Argélia.

O conflito atual, que explode após uma operação surpreendente do Hamas, com uma ação violenta que matou centenas de militares e civis, sequestrando mais de duas centenas de israelense (entre militares, mulheres e idosos), tem na ofensiva de Israel a brutalidade que sempre caracterizou essas reações, e aparenta seguir um roteiro previamente estabelecido que consolida a ocupação da Faixa de Gaza, com uma evidente limpeza étnica, objetivando expulsar os palestinos daquele estreito pedaço de território densamente povoado.

O bombardeio indiscriminado sobre a população civil, com o assassinato de milhares de crianças e mulheres demonstra, ao mesmo tempo, que há um interesse que pode ser caracterizado genocida, de eliminar essa parcela majoritária da população, a fim de evitar que futuros jovens, ou os que nascerão dos ventres das mulheres, se transformem em insurgentes e militantes dos grupos de resistência à ocupação israelense.

a terra é redonda

Mas Gaza não é o único território palestino em disputa na região. A Cisjordânia, definida como parte do Estado da Palestina, vem há décadas sendo ocupado gradativamente por colonos israelenses. Há cerca de 400 mil judeus vivendo na Cisjordânia. O termo “assentamento” sugere pequenos acampamentos, talvez localizados em colinas altas, varridas pelo vento. Entretanto, embora muitos tenham começado dessa maneira, alguns se transformaram em verdadeiras cidades, em que não faltam prefeituras, supermercados e escolas. As estradas que as conectam umas às outras e a Israel tornam difícil para os palestinos se deslocarem na Cisjordânia ou manterem grandes regiões de território contínuo.

Hoje em dia, há também mais de 200 mil judeus vivendo em Jerusalém Oriental, que Israel anexou em 1967, mas que os palestinos reivindicam como a capital de um futuro Estado palestino. Os judeus tendem a pensar em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia como entidades separadas; nas mentes palestinas essa divisão não existe. (MARSHALL, Tim. *A Era dos Muros: Porque vivemos em um mundo dividido*, p.106)

Então, o que temos naquela região é uma justa resistência de um povo que vem perdendo seu território há décadas, num processo de ocupação claramente neocolonial, mediante todos os tipos de pressão, opressão e terror, praticado contra uma população que sofre sistematicamente as pressões terroristas do Estado de Israel. Tendo esse pequeno território de Gaza completamente cercado por todos esses tempos, submetendo-se a todo tipo de controle, no que já estava conhecido como uma prisão a céu aberto, um verdadeiro gueto. No Sul a fronteira fechada sob forte limitação de passagens por Israel e pelo Egito.

No Norte um muro que separa os limites com Israel. No litoral do Mediterrâneo todo o controle também é israelense, até para as atividades de pesca. Na outra fronteira, mais longa, que se estende do Norte ao Sul é território israelense, que por mais de 30 quilômetros separa Gaza da Cisjordânia, o outro pedaço do território palestino.

A faixa de Gaza na verdade é um enclave em território israelense. Apesar de governado pelo Hamas, que ganhou a eleição em 2006 concorrendo contra o Fatah ou Al-Fatah, que governa a Cisjordânia, praticamente tudo que entra ou sai de suas fronteiras é controlado por Israel. Que invariavelmente entra em conflito com o Hamas, amplia o número de palestinos assassinados e presos e recua. Por isso a referência a uma prisão. Ninguém sai de lá sem a autorização de Israel, que controla a água, a energia elétrica e até mesmo bloqueia ajudas humanitárias que também são fiscalizadas.

Embora uma organização islâmica, oriunda de um braço da Irmandade Muçulmana, com forte atuação no Egito, e com uma ala militar, atuando desde 1987, O Hamas foi ungido pela população palestina em processo eleitoral. Por ter o território que governa oprimido pelo Estado de Israel, que impõe restrição de liberdade e mobilidade ao seu povo, faz com que sua resistência seja legitimada inclusive escorada em várias cartas constitucionais de diversos países, bem como nas discussões no campo jurídico internacional, considerando legítimo a resistência a todo tipo de repressão, e de jugo opressor, ao qual é submetido um povo. Tanto internamente, na contraposição a governos ditatoriais, como no combate a um dominador estrangeiro, que controla pela força e coloniza ou escraviza outros povos.

Ocorre que, incomparavelmente mais fraco frente ao poder bélico do estado israelense, o braço armado do Hamas usa como estratégia ações de terrorismo, submetendo ataques violentos que causam a morte de civis israelense, numa radicalização que visa atrair a ira do estado judeu para tornar visível o problema palestino. Mas isso à custa de tragédias que vitimam também milhares de palestinos, principalmente mulheres, idosos e crianças.

Desta vez, estranhamente o ataque do Hamas em território israelense não foi captado pela inteligência daquele país. Muito estranho, visto ser o Mossad um dos serviços de inteligência mais eficaz dentre os demais dos principais países europeus. Sabendo agora que já havia um plano israelense pronto para ocupar Gaza, isso faz com que se busquem explicações para saber se essa “falha” não teria sido intencional, de forma a justificar a barbárie terrorista desse Estado, como resposta aos ataques terroristas do Hamas.

A solução já foi apresentada em diversas resoluções, negadas por vários governos israelenses, que não obedecem ao que é estabelecido pela ONU, da necessidade de constituição de dois Estados, a essa altura tese bastante comprometida. Por

outro lado, o Hamas, por ser uma organização paraestatal, não necessariamente se submete às resoluções da ONU.

Ao não impor por suas forças, como de direito, a resolução que criou os dois estados, a ONU se fragilizou, e mediante o apoio irrestrito dos EUA aos governos sionistas de Israel, tornou letras mortas tudo que diz respeito às barbaridades que se cometem nessa disputa, o que sem dúvidas culminará por tornar Israel um Estado pária, e alheio a qualquer deliberação pelos organismos internacionais. Algo que aliás já vinha fazendo.

Os crimes de guerra são ignorados, o Tribunal Penal sucumbe aos objetivos estratégicos do bloco europeu-estadunidense e a hipocrisia comanda as decisões de uma organização completamente desmoralizada em seus objetivos. Putin foi condenado em Haia acusado de retirar crianças de áreas que estavam sendo bombardeadas; já no caso do ataque israelense à Gaza, temos mais de 5.000 crianças mortas e um quase igual número de mulheres, inclusive grávidas, e nenhuma acusação sobre esses assassinados por parte desse Tribunal.

Em não havendo possibilidades de acordos que garantam o direito do povo palestino, e considerando que essa luta extrapola as questões territoriais e envolve interesses estratégicos na disputa pelo petróleo e gás, e, numa gravidade sempre presente, a questão religiosa, pode-se considerar a hipótese de uma grave extensão regional desse conflito, que, pelas condições em que vive o mundo certamente levará a uma terceira guerra mundial.

Até lá, o mundo que se acaba é a Palestina. Submetida há décadas a ataques covardes, a eliminação de jovens tanto pela execução militar como pela prisão e consequente retirada de sua liberdade e de seus direitos. Seja numa prisão israelense ou no que se transformou perfidamente a Faixa de Gaza, num processo de expulsão, eliminação étnica e, inegavelmente, de genocídio de um povo. Como já aconteceu com outros povos ao longo da história, inclusive na tentativa de eliminação dos judeus durante o regime nazista de Adolf Hitler. No que repete agora o sionismo, numa tragédia representada pela farsa de reivindicar direito de defesa, quando é o próprio Estado de Israel quem está sempre a colonizar, atacar, oprimir e destruir vidas palestinas.

Para finalizar, uma observação sobre a cobertura vergonhosa da mídia tradicional, dos grandes canais aberto ou a cabo. As notícias sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia chegam até nós com informações do lado ucraniano, que teve seu território invadido. Na guerra muito mais desproporcional entre Israel e a Palestina as notícias são dadas pelo lado do invasor. E, descaradamente, quando os repórteres falam algo sobre destruição em Gaza dizem que “as informações não podem ser comprovadas de maneira independente”.

Mas essas mesmas redes expõem imagens feitas por soldados israelenses, ou por jornalistas que acompanham com autorização a tropa, cujas imagens são selecionadas e submetidas a censura para serem compartilhadas. Para essa mídia vendida aos lobbies israelenses, o opressor e colonizador é que merece credibilidade. E, hipocritamente, assim caminha a humanidade.

***Romualdo Pessoa Campos Filho** é professor titular no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *A Segunda Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRAUDEL, F. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARSHALL, Tim. *Prisioneiros da Geografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

a terra é redonda

MARSHALL, Tim. *A Era dos Muros*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MIRHAN, Lejeune. Atualidade da luta anti-imperialista. Campinas-SP: Aparte, 2022.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda